

Acordo final com os bancos pode vir somente em setembro

por Celso Pinto
de São Paulo

Duas questões têm dividido internamente os bancos credores do Brasil e impedido que o comitê assessor conclua os termos de um acordo com o País: a garantia do Banco Mundial (BIRD) para parte dos recursos e o critério para calcular a divisão do "pacote" brasileiro entre os bancos.

Nos dois casos, há profundas diferenças de interesses entre os bancos. O governo brasileiro tem esperanças de que se encontre uma solução de compromisso a curto prazo, mas não há esboço de saída no horizonte. O cálculo que se faz no Ministério da Fazenda é que na melhor das hipóteses, mesmo que os bancos se acertem nas próximas duas ou três semanas, não será possível assinar um acordo com a maioria dos bancos antes de setembro. A data original era o final de junho.

Os sinais de dificuldades nestas duas questões são abundantes. Sabe-se que o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, foi inflexível em relação à questão da garantia do BIRD na conversa que teve com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, na semana retratada, em Washington.

O argumento central norte-americano é que o BIRD existe para apoiar o desenvolvimento, não para garantir empréstimos bancários privados e que se um precedente fosse aberto no caso de um país do porte do Brasil, certamente ele teria de ser ampliado para todos os acordos posteriores. Além disso, o Executivo americano alega que se apoiasse esta ideia ficaria com menos condições de pedir ao Legislativo seu apoio para um aumento do capital do BIRD: muitos congressistas diriam que o dinheiro do contribuinte estaria sendo desviado para

ajudar grandes bancos privados.

O que os bancos desejariam é a garantia do BIRD para uma parcela de cerca de US\$ 320 milhões, referentes a algumas prestações finais de juro, de parte dos recursos que seriam canalizados ao Brasil. Como a garantia do BIRD seria aplicável a longo prazo, o valor presente dos recursos — ou seja, o montante que teria efetivamente que desembolsar de imediato — seria muito menor, cerca de US\$ 100 milhões.

Não se discute o valor envolvido, mas o princípio. O Brasil, se tudo der certo, poderá montar um programa anual de empréstimos com o BIRD da ordem de US\$ 2 bilhões ou mais. Naturalmente, os US\$ 100 milhões da garantia seriam uma parte inexpressiva. Mas o próprio Banco Mundial reluta em aderir a uma operação de garantia de empréstimos privados, por razões em boa medida similares às do governo norte-americano. De todo modo, mesmo que o "staff" do banco fosse favorável — e ele não o é —, um voto norte-americano inviabilizaria, na prática, a operação.

O governo brasileiro tem procurado manter uma posição de relativa neutralidade neste caso. Brasília concorda com o centro das ponderações norte-americanas e teme que a exigência prévia de alguma garantia do BIRD abra um precedente negativo para o futuro. No entanto, o Brasil quer fazer um acordo com os bancos e não quer ser acusado por eles de não trabalhar a favor de uma solução. Pela mesma razão, aliás, o "staff" do BIRD aceitou discutir a ideia da garantia, isto é, para que a instituição não viesse a ser acusada como sendo o foco de intransigência que impedi um acordo dos bancos com o Brasil.

Os bancos, por sua vez,

querem a garantia mais por razões internas de seus países do que pelo montante envolvido. Os três grupos de bancos que têm firmado pé em torno da garantia do BIRD são os japoneses, os canadenses e os alemães.

Os japoneses e os canadenses porque a participação do BIRD permitiria evitar que o dinheiro novo ao Brasil estivesse preso às rígidas exigências fiscais de seus países (uma reserva automática de 35% do valor, no caso do Canadá). Em outros termos, seria uma forma de evitar prejuízos imediatos com a adesão ao "pacote" brasileiro, por diferenciar os empréstimos novos dos antigos. No caso dos alemães, a origem da intransigência, na interpretação de fontes brasileiras, é a confortável situação de reservas que eles têm em relação a empréstimos brasileiros. Como eles não têm muito a perder, podem endurecer suas exigências.

A outra questão que está dividindo os bancos é a divisão do "pacote" brasileiro. A questão é saber qual o critério para fixar com quanto cada banco terá de entrar para compor o volume de dinheiro ao Brasil a ser negociado.

Os japoneses, que fizeram muito pouca operação de venda de ativos brasileiros no mercado internacional, querem que o critério para a divisão seja o da participação relativa de cada banco no total de empréstimos brasileiros em 1982, antes da crise da dívida.

Os bancos norte-americanos, ao contrário, fizeram muitas operações de venda de ativos brasileiros nestes últimos anos, reduzindo o total de seu "exposure" brasileiro. Por esta razão, estes bancos preferem que o critério da divisão seja o do montante de empréstimos ao Brasil detido hoje pelos bancos. Ca-

da instituição participaria de forma proporcional à do valor de seus ativos brasileiros em relação ao total.

A diferença em termos quantitativos entre os dois critérios pode ser muito expressiva no caso de alguns grupos de bancos. Neste caso, o Brasil não tem muito a fazer, exceto torcer por um acerto entre os bancos do comitê o mais rápido possível.

Por todas estas divisões internas, até agora não foi possível sequer concluir o "term-sheet", o formato do acordo a ser posteriormente "vendido" aos mais de setecentos bancos credores e assinados por eles. Sem o "term-sheet", por sua vez, o Brasil não paga os juros que deve relativos a março e muito menos monta um esquema para pagar os juros devidos a partir de abril. E o atraso compromete o cronograma original para o acordo.

Fontes brasileiras argumentam que o fato de 114 grandes bancos credores terem assinado o acordo provisório no final do ano passado e desembolsado já US\$ 1 bilhão num empréstimo-ponte ao Brasil agilizará a "venda" do acordo. Estes bancos responderiam por 85% do volume de recursos envolvido no acordo. Como a "massa crítica" que define a conclusão do acordo exige 90% de adesão, seria relativamente simples e rápido chegar a esta etapa a partir do momento em que o "term-sheet" estivesse concluído.

Mesmo que isto seja verdade — e a história recente jamais confirmou as hipóteses otimistas nestes casos —, o acordo com os bancos só poderia estar concluído em setembro. O que, para os bancos, traria uma interessante vantagem: até lá, haveria muito mais chances de o Brasil já ter fechado um acordo com o FMI e testado sua disposição de ajuste.

